



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI DE VEREADOR Nº 6 /2017

PROTOCOLADO SOB Nº 699 /2017

EM 05 / 01 / 2017

ATA		
ACEITO EM	/	/2017
APROVADO EM	/	/2017
REJEITADO EM	/	/2017
ARQUIVO EM	/	/2017

*“Dispõe no âmbito do município de Rio Grande a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas e dá outras providências.”*

**Art. 1º.** Fica proibido no âmbito da Cidade de Rio Grande o transporte remunerado de pessoas em veículos particulares cadastrados através de aplicativos para locais pré-estabelecidos.

**Art. 2º.** Para efeitos dessa Lei, fica também proibida a associação entre empresas administradoras desses aplicativos e estabelecimentos comerciais para o transporte remunerado de passageiros em veículos que não atendam as exigências do Decreto n.º 7.788, de 12 de novembro de 2001, que restabelece as normas para a execução do serviço na cidade de Rio Grande.

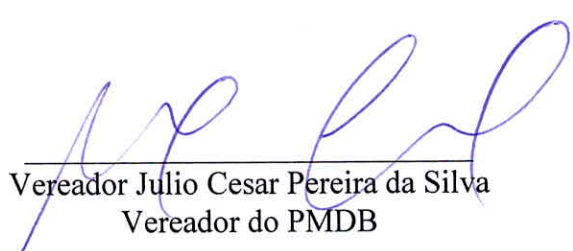
**Art. 3º.** Na hipótese de descumprimento a essa lei fica o condutor e as empresas solidárias sujeita a pena de multa no valor de 650 URM's (seiscentos e cinquenta), apreensão de veículo e demais sanções cabíveis.

**Art. 4º.** Demais regulamentações complementares, para o fiel cumprimento desta lei, serão editadas pelo Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

02  
09

**Art. 5º.** As despesas com a execução desta lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Vereador Julio Cesar Pereira da Silva  
Vereador do PMDB

**Justificativa:** Embora seja inegável o valor de novas tecnologias para o aprimoramento dos serviços, não se pode permitir o uso das mesas quando estão em desacordo com a lei vigente. No que tange ao uso de aplicativos para a oferta de transporte remunerado em carros particulares, ressaltamos que essa é uma atividade privativa dos profissionais taxistas, portadores de certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente de localidade da prestação de serviço, conforme Lei Federal n.º 12.468, de 26 de Agosto de 2011, a qual regulamenta a profissão. Outra Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; determina o artigo 12 do Capítulo II, que “os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público municipal, com base nos requisitos mínimos de segurança, conforto, higiene, qualidade dos serviços e de fixação prévia dos valores máximos das tarifas a serem cobradas”. Em Rio Grande, o serviço é regido pelo Decreto n.º 7.788, de 12 de novembro de 2001, que estabelece, em seu artigo 18, as características que o veículo deve apresentar. Assim, visando proteger o sistema e os profissionais do setor, ambos definidos e reconhecidos em Lei, apresento essa proposição a fim de evitar a proliferação de serviços que possam colocar em riscos os usuários e, criar novos subterfúgios para a atuação de profissionais e veículos clandestinos que, em face de deficiência da fiscalização.

**VISTO**

\_\_\_\_\_  
Presidente

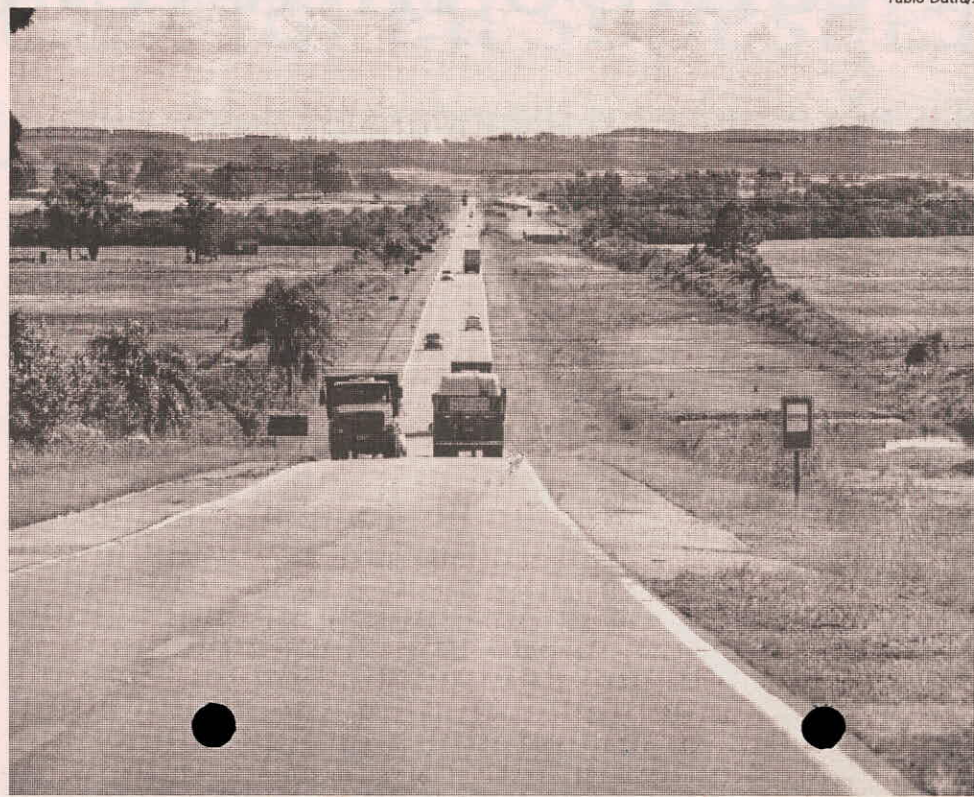


## DUPLICAÇÃO BR-116

# Reunião com bancada gaúcha busca saídas para conclusão das obras

Na próxima segunda-feira (20), acontece a reunião com a bancada gaúcha no Congresso Nacional, para discutir formas de garantir a conclusão das obras de duplicação da BR-116. O encontro inicia às 14h no Vestíbulo Nobre, no primeiro andar da Assembleia Legislativa. A iniciativa é da Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão da Duplicação da BR-116, coordenada pelo deputado Zé Nunes (PT), e da Presidência da Assembleia Legislativa.

O objetivo é reunir deputados federais e senadores em Porto Alegre, além do Ministério dos Transportes, Polícia Rodoviária Federal, Dnit, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Municípios da Zona Sul, Associação de Municípios do Centro-Sul, prefeitos, vereadores e entidades empresariais para debater o atual estágio da obra, a suplementação de recursos no orçamento do Ministério dos Transportes em 2017.



Fabio Dutra/JA

a coleta presencial de assinaturas com a presença de todos os líderes do pleito no chafariz do calçadão de Pelotas.

Trata-se, na opinião de Zé Nunes, da obra de infraestrutura em andamento mais importante do Rio Grande do Sul, sendo que 56% da duplicação estão concluídos. O orçamento de 2017 prevê R\$ 50 milhões, valor considerado insuficiente para as necessidades dos nove lotes da obra. "A unidade de todos será decisiva para a obtenção de êxito neste pleito, a fragmentação e a atuação isolada diminuem a nossa força regional perante a necessidade de disputarmos realocações orçamentárias", observa o deputado.

Além de ser um entrave ao desenvolvimento da região, a situação da BR-116 preocupa frente ao crescimento do número de óbitos em colisões frontais. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, este tipo de acidente apresenta uma taxa de



terio dos Transportes em 2017 e o início da mobilização para designação de emenda de bancada ao Orçamento Geral da União de 2018. O encontro será transmitido ao vivo, a partir das 13h, pelo programa 13 Horas da Rádio Universidade de Pelotas.

Além de ser um entrave ao desenvolvimento da região, a situação da BR-116 preocupa frente ao crescimento do número de óbitos em colisões frontais

A partir da reunião, será fomentado um processo de mobilização continuada em defesa da conclusão da obra, com o envolvimento de toda a socie-

dade gaúcha, por meio de um abaixo-assinado já disponível na internet (<http://migre.me/vMlnQ>). No dia 25 de março, a partir das 10h, terá início

de acidente apresenta uma taxa de 40,4 mortes para cada 100 acidentes. Em 2014, identificou-se que 89,71% das colisões frontais ocorreram em pistas simples, ocasionando 93,91% dos mortos nesse tipo de acidente nas rodovias federais do País.

## ARTIGO

# A paisagem e o direito à moradia

Rivail Andrade\*

Vivemos em um país diverso e desigual, em que cerca de 40% da população urbana não tem acesso à cidade legal. A moradia é um elemento escasso, negociada de forma seletiva em um mercado repleto de burocracias e normas confusas, que impulsionam o surgimento de ocupações irregulares. Nesse cenário, é comum que famílias que não contam com renda suficiente para ter acesso ao mercado imobiliário formal ou às políticas públicas acabem “dando um jeitinho” para suprir sua necessidade básica de abrigo. Entre os artifícios utilizados encontra-se a construção de “puxadinhos”. Uma situação corriqueira decorrente desse hábito é a da família que constrói um novo espaço para abrigar um filho recém-casado que, após algum tempo, acaba se mudando e alugando, vendendo ou cedendo esse espaço, muitas vezes sobre a laje, para alguém externo à família. Em vários locais do País, alguns com maior frequência, a comercialização da laje é uma prática corriqueira que produz, em alguns bairros mais populares, uma paisagem com as pequenas edificações formadas por “puxadinhos”.

Alguns moradores vinham tentando, sem êxito, regularizar essa situação com base no direito de superfície previsto no Estatuto da Cidade. Pode-se afirmar que a Medida Provisória nº 759/2016 é mais uma tentativa de normatizar algo que, há muito, já é feito na prática. A MP trata de uma série de outros assuntos que vêm sendo criticados por diversos grupos organizados, mas que não serão discutidos aqui. O fato de ter sido aprovada como medida provisória, e não como projeto de lei, limitou as discussões, deixando diversas questões em aberto.

A MP rompe com o princípio geral do direito de que

o acessório segue o principal, desvinculando a matrícula da edificação (acessório) do terreno (principal). Dessa forma, cria uma situação nova em que o proprietário da edificação não possui uma fração ideal do terreno, como ocorre nos condomínios. A manutenção do terreno caberá exclusivamente ao proprietário original? Como regularizar o “andar” de uma edificação, normalmente feita no processo de autoconstrução, sem o auxílio de um profissional que ateste a estabilidade estrutural dessa obra? De acordo com a MP, o adquirente do direito real de laje não pode instituir sobrelevações sucessivas. Como ficam as edificações com três ou mais pavimentos? A laje deve ter isolamento funcional e acesso independente. Como proceder nos casos, tão comuns, em que a pessoa para ter acesso ao pavimento superior deve passar pela residência térrea? Deve-se constituir uma servidão de passagem? É possível adquirir usucapião da laje? Muitas questões ainda precisam ser regulamentadas pelo poder público.

O direito real de laje constitui um avanço em um país em que a segurança jurídica e o acesso à terra não são para todos. Ele auxilia na permanência legal da população em áreas já consolidadas, reduzindo o processo de periferização e ocupação em áreas ambientalmente frágeis. No entanto, deve ser pensado de forma a garantir a qualidade urbana, condições de habitabilidade e segurança - e não apenas como forma de legalizar a precariedade e de aquecer a economia pelo acesso ao crédito e cobrança de impostos nos imóveis regularizados sobre a laje.

*\*Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo.*

## EXTRAVIO DE NOTA FISCAL

MAXIMILIANO PEREIRA MAIA-ME, CNPJ: 06.532.700/0001-03, comunica para os devidos fins o extravio de Duzentos e Cinquenta Notas Fiscais, Insc. Mun. 431378-0. Conforme ocorrência nº 16675 / 2014 /15.09.10.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

## LEI Nº 8.084 DE 10 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE A PROIBIÇÃO DO USO DE CARROS PARTICULARES CADASTRADOS EM APLICATIVOS PARA O TRANSPORTE REMUNERADO INDIVIDUAL DE PESSOAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ver. José Claudino Alves Saraiva, Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, considerando ter sido aprovado pela Câmara e sancionado tacitamente pelo Prefeito, FAZ SABER que esta decreta e promulga esta Lei

\*\*Esta Lei esta na integra no mural da Câmara de Vereadores e entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio Grande, 10 de março de 2017.

Ver. José Claudino Alves Saraiva – Charles Saraiva  
Presidente da Câmara Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº

699/17  
PLV 06/2017

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

Amor Lemes

( ) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1º, do Regimento Interno.

( ) Não Requerido o prazo do art. 42, § 1º do Regimento Interno.

Rio Grande, 06 de fevereiro de 2017

Plínio V. Hoff

Presidente da Comissão

Deliberou o Relator:

( ) Enviar ao Consultor Jurídico.

☒ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 6 de fevereiro de 2017

Relator

PARECER JURÍDICO

( ) Em anexo

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

Rio Grande, de de 20

Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a):

( ) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

( ) O presente projeto não atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 6 de fevereiro de 2017

Relator (a)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 699/2017

TIPO/Nº: PLV 06/2017

AUTOR: Ver. Julio Cesar

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p>Vereador FLAVIO MACIEL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Flávio Maciel</u> Presidente</p>	<p>Vereadora ANDREA WESTPHAL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>Andrea Westphal</u> Vice – Presidente</p>
<p>Vereador GIOVANI MORALLES</p> <p><input type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p>_____ Secretário</p>	<p>Vereador ANDRÉ LEMES</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Constitucional <input type="checkbox"/> Inconstitucional <input type="checkbox"/> Antijurídico <input type="checkbox"/> Antiregimental <input type="checkbox"/> Inadequado a Técnica Legislativa</p> <p><u>André Lemes</u> Membro</p>

Vereador ROVAM DE CASTRO

☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa

Rovam de Castro  
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ☒ Constitucional  
☐ Inconstitucional  
☐ Antijurídico  
☐ Antiregimental  
☐ Inadequado a Técnica Legislativa

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 06 de fevereiro de 2017.

Flávio Maciel  
Presidente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**LEI Nº 8.084  
DE 10 DE MARÇO DE 2017**

**DISPÕE NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE RIO GRANDE A  
PROIBIÇÃO DO USO DE CARROS  
PARTICULARES CADASTRADOS  
EM APLICATIVOS PARA O  
TRANSPORTE REMUNERADO  
INDIVIDUAL DE PESSOAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Ver. José Claudino Alves Saraiva**, Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, considerando ter sido aprovado pela Câmara e sancionado tacitamente pelo Prefeito,

**FAZ SABER** que esta decreta e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica proibido no âmbito da Cidade de Rio Grande o transporte remunerado de pessoas em veículos particulares cadastrados através de aplicativos para locais pré-estabelecidos.

**Art. 2º.** Para efeitos dessa Lei, fica também proibida a associação entre empresas administradoras desses aplicativos e estabelecimentos comerciais para o transporte remunerado de passageiros em veículos que não atendam as exigências do Decreto n.º 7.788, de 12 de novembro de 2001, que restabelece as normas para a execução do serviço na cidade de Rio Grande.

**Art. 3º.** Na hipótese de descumprimento a essa lei fica o condutor e as empresas solidárias sujeita a pena de multa no valor de 650 URM's (seiscentos e cinquenta), apreensão de veículo e demais sanções cabíveis.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**


**Art. 4º.** Demais regulamentações complementares, para o fiel cumprimento desta lei, serão editadas pelo Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

**Art. 5º.** As despesas com a execução desta lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio Grande, 10 de março de 2017.

**Ver. José Claudino Alves Saraiva – Charles Saraiva**  
**Presidente da Câmara Municipal**







**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Ofício nº 0089/17

Rio Grande, 20 de março de 2017.

Ao Exmo. Sr.  
Alexandre Duarte Lindenmeyer  
Prefeito Municipal  
Nesta

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, Lei nº 8.084 em anexo, promulgada por esta Casa Legislativa, para sua devida apreciação.

Atenciosamente,

Ver. José Claudino Alves Saraiva - Charles Saraiva  
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Anexo: Dispõe no âmbito do Município de Rio Grande a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas e dá outras providências.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Ofício nº 0049/17  
Proc. 0699/2017

Rio Grande, 06 de fevereiro de 2017.

Ao Exmo. Sr.  
Alexandre Duarte Lindenmeyer  
Prefeito Municipal  
Nesta

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,

  
Ver. José Claudino Alves Saraiva - Charles Saraiva  
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

Anexo: Dispõe no âmbito do Município do Rio Grande a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas e dá outras providências.





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**PROJETO DE LEI**

**DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE A PROIBIÇÃO DO USO DE CARROS PARTICULARES CADASTRADOS EM APLICATIVOS PARA O TRANSPORTE REMUNERADO INDIVIDUAL DE PESSOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** Fica proibido no âmbito da Cidade de Rio Grande o transporte remunerado de pessoas em veículos particulares cadastrados através de aplicativos para locais pré-estabelecidos.

**Art. 2º.** Para efeitos dessa Lei, fica também proibida a associação entre empresas administradoras desses aplicativos e estabelecimentos comerciais para o transporte remunerado de passageiros em veículos que não atendam as exigências do Decreto n.º 7.788, de 12 de novembro de 2001, que restabelece as normas para a execução do serviço na cidade de Rio Grande.

**Art. 3º.** Na hipótese de descumprimento a essa lei fica o condutor e as empresas solidárias sujeita a pena de multa no valor de 650 URM's (seiscentos e cinquenta), apreensão de veículo e demais sanções cabíveis.

**Art. 4º.** Demais regulamentações complementares, para o fiel cumprimento desta lei, serão editadas pelo Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

**Art. 5º.** As despesas com a execução desta lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# Votação de Promulgação

Ata nº 9725

Processo nº 699/2017

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	CHARLES SARAIVA <i>no Presidência</i>			
2	JOSÉ ANTONIO SILVA			
3	GIOVANI MORALLES	✓		
4	ANDRÉ MORAES DE SÁ	✓		
5	FILIPPE DE OLIVEIRA BRANCO	✓		
6	KARINA MELO DA ROCHA	✓		
7	ANDRÉA DUTRA WESTPHAL	✓		
8	BENITO DE OLIVEIRA GONÇALVES	✓		
9	CLÁUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	✓		
10	CLÁUDIO LUIS SILVA DE LIMA	✓		
11	DENISE RODRIGUES MARQUES	✓		
12	FLÁVIO VELEDA MACIEL	✓		
13	IVAIR DOMINGOS PEREIRA SOUZA	✓		
14	JAIR RIZZO FERREIRA			
15	JOÃO DUTRA JÚLIO	✓		
16	JULIAN RAFAEL CERONI DA GRAÇA	✓		
17	JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA	✓		
18	LAURA TAIS MACHADO FAGUNDES	✓		
19	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
20	PAULO ROGERIO MATTOS GOMES	✓		
21	ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO	✓		
RESULTADO:		18		

DATA: 06/03/2017

ASSESSORA JURÍDICA DE PLENÁRIO



Ata nº

9709

Processo nº

699/2017  
RLV-06/2017.

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	CHARLES SARAIVA			
X 2	JOSÉ ANTONIO SILVA	✓		
X 3	CARLOS MIGUEL DE FREITAS DEGANI	✓		
X 4	ANDRÉ MORAES DE SÁ	✓		
X 5	FILIPPE DE OLIVEIRA BRANCO	✓		
✓ 6	ANDRÉ LEMES DA SILVA	✓		
X 7	ANDRÉA DUTRA WESTPHAL	✓		
X 8	BENITO DE OLIVEIRA GONÇALVES			
X 9	CLÁUDIO JOSÉ CARDOSO COSTA	✓		
X 10	CLÁUDIO LUIS SILVA DE LIMA	✓		
X 11	DENISE RODRIGUES MARQUES	✓		
X 12	<del>FLAVIO VELEDA MACIEL</del> ALEXANDRE DIAS	✓		
X 13	IVAIR DOMINGOS PEREIRA SOUZA	✓		
X 14	JAIR RIZZO FERREIRA	✓		
X 15	JOÃO DUTRA JÚLIO	✓		
X 16	JULIAN RAFAEL CERONI DA GRAÇA	✓		
X 17	JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA	✓		
X 18	LAURA TAIS MACHADO FAGUNDES	✓		
X 19	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
X 20	PAULO ROGERIO MATTOS GOMES	✓		
X 21	ROVAM SIMÕES GONÇALVES DE CASTRO	✓		
RESULTADO:		19		

DATA: 06/02/2017

ASSESSORA JURÍDICA DE PLENÁRIO